

# Uma renegociação ampla

Dinda Gut

por Paulo Sotero  
de San José

Os limitados esquemas de reescalonamento da dívida externa que o Brasil obteve nos últimos anos já não bastam. O governo brasileiro acha, por isso, que é indispensável iniciar agora uma renegociação ampla da dívida externa que reduza as transferências de capital para o exterior e deixe espaço para que o País possa utilizar a poupança gerada por investimentos produtivos.

Essa é a essência da mensagem que o ministro do Planejamento, João Sayad, transmitiu ontem à comunidade financeira internacional, ao falar na 27ª Reunião Anual do Banco Interamericano de Desen-

volvimento (BID), em San José.

"O Brasil não ameaça, nem confronta", afirmou ele. "Apenas convida a que, juntos, credores e devedores, nos lancemos à tarefa histórica de encontrar soluções criativas, flexíveis e mutuamente benéficas para impedir que o serviço da dívida externa siga sendo um óbice gigantesco à retomada dos investimentos e ao crescimento de nossas economias."

O discurso do ministro do Planejamento parece assinalar uma nova ênfase do governo em busca de soluções mais duradouras para o problema da dívida dentro das regras do mercado. Ao discursar perante as Nações Unidas, em setembro do ano passado, o presidente José Sarney afirmara que a resposta para o problema da dívida não poderia ser buscada apenas através "das soluções de mercado".

As novas condições favoráveis criadas pela redução dos preços do petróleo e o declínio das taxas de juros, reforçadas na frente externa pela renegociação da dívida até o ano que vem e, na interna, pelo sucesso inicial do Plano Cruzado, convenceram o governo a buscar no próprio mercado o caminho para uma redução das remessas líquidas de divisas para o exterior, que hoje absorvem 5% do PIB.

"Esse é um exercício que exigirá criatividade e flexibilidade, mas que é realizável", disse Sayad a este jornal, antes de discursar. Mecanismos como o co-financiamento com o Banco Mundial, e através do qual o País pretende obter dos bancos US\$ 800 milhões para o setor elétrico, talvez ainda neste ano, e outros

mais complexos, que envolvem, por exemplo, tratamento diferenciado dos elementos que compõem a taxa de juros, são algumas das alternativas consideradas.

Em San José, a atitude menos estridente do governo brasileiro traduziu-se na ausência de inibição para apoiar o que considera sensato e criticar o que acha absurdo. O governo brasileiro, disse Sayad, apóia a expansão do papel do BID, seja através de recursos adicionais, seja através de um alargamento do escopo de sua atuação, no encaminhamento de uma solução duradoura para o problema da dívida.

O Brasil aplaude a introdução dos empréstimos de maior impacto macroeconômico e setorial e está, nesse particular, de pleno acordo com a posição do governo dos Estados Unidos.

Mas o governo brasileiro não aceita nem aceitará condicionar a ampliação da carteira de empréstimi-

mos do BID a uma mudança do processo de decisão da instituição, para dar um poder de voto aos EUA, como Washington reivindica. Isso Sayad disse, de forma diplomática, em seu discurso, e sem floreios ao chefe da delegação norte-americana à reunião, o vice-secretário adjunto do Tesouro, James Conrow, numa reunião que tiveram na segunda-feira.

Nenhum governo latino-americano submeterá esse tipo de proposta a seu Congresso, lembrou-lhe o ministro. Ontem, ele expôs a posição brasileira a seis deputados da subcomissão de organismos financeiros internacionais, da Câmara de Representantes dos EUA, e ficou convencido de que os congressistas norte-americanos estão sendo envenenados com informações equivocadas do BID.

Al McCandless, um republicano da Califórnia, criticou, por exemplo, a qualidade da avaliação dos

(Continua na página 28)